



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Voto útil pode reduzir distância entre Lula e Bolsonaro

A campanha de voto útil deflagrada pelo PT para garantir a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno é a estratégia adotada pelo petista na reta final de sua campanha. O objetivo é volatilizar a candidatura do ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT) e, com isso, atrair os eleitores que lhe faltam para ter mais de 50% dos votos válidos em 2 de outubro. A expectativa de poder que o favoritismo de Lula oferece, ao contrário do que acontece com os demais candidatos de oposição, é um fator de atração de apoios de personalidades, intelectuais e políticos do chamado centro democrático, que estão aderindo à campanha do petista. Lula está mais próximo de uma vitória no primeiro turno.

No caso de Ciro, o voto útil já está implodindo o PDT. O tom agressivo da campanha, porém, provoca forte reação de Ciro Gomes, que passou a tratar Lula como adversário principal nas últimas semanas, por ter a sua sobrevivência como líder político nacional ameaçada pelo esvaziamento progressivo de sua candidatura. Na prática, essa reação de Ciro reforça a narrativa adotada por Bolsonaro para aumentar o índice de rejeição de Lula, focada, principalmente, nos escândalos do mensalão e da Petrobras, e pelas condenações em primeira e segunda instâncias nos processos da Operação Lava Jato, embora essas sentenças tenham sido anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse confronto no campo da oposição pode deixar muitas sequelas. O risco da estratégia é que a ofensiva não alcance seu objetivo e reduza, porém, a distância de Lula para o ex-presidente Jair Bolsonaro na votação de primeiro turno. Isso dependeria também do esvaziamento da candidatura de Simone Tebet (MDB), alvo de uma segunda frente da campanha do voto útil, operada pelo ex-governador Geraldo Alckmin, o vice de Lula, junto às lideranças históricas do PSDB. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pressionado por seus amigos e aliados mais próximos que aderiram a Lula nesta semana, ainda resiste a declarar apoio ao petista. Ontem, distribuiu nota na qual pedia voto para os candidatos de oposição a Bolsonaro, em defesa da democracia, sem aderir ao voto útil, mas não citou Simone, candidata que está oficialmente coligada com o PSDB e o Cidadania.

Com menos virulência do que Bolsonaro, Simone Tebet também vem reagindo à campanha do voto útil. Em cards distribuído nas redes sociais, ela se coloca como única candidata em condições de derrotar Lula no segundo turno. É uma maneira de barrar o esvaziamento de sua candidatura por meio de um voto útil com sinal trocado, que levaria seus eleitores mais conservadores a desistirem de seu nome e derivar por gravidade para Bolsonaro, já que são antipetistas. É aí que mora o perigo de a campanha do voto útil reduzir a distância de Lula para Bolsonaro, sem garantir uma vitória no primeiro turno, reforçando a polarização eleitoral e, também, a radicalização política no segundo turno. Quanto menor a distância de Lula para Bolsonaro, maior o estresse previsível do ponto de vista institucional.

"Inimigo principal"

Numa campanha radicalizada, na qual os candidatos se tratam como adversários a serem liquidados, errar de "inimigo principal" pode ser fatal. Enquanto Bolsonaro concentra o fogo contra Lula, a oposição começa a se digladiar com muita agressividade na campanha. O normal seria que Ciro Gomes estivesse lutando para tomar o lugar de Bolsonaro, o segundo colocado, e não escalasse o confronto com Lula. A mesma coisa acontece com os petistas que estão intensificando os ataques ao candidato do PDT e, agora, contra Simone Tebet, que votou em Bolsonaro no segundo turno de 2018, mas vem fazendo uma firme campanha contra ele nestas eleições. Efeitos colaterais podem frustrar o esforço de Lula para vencer a eleição no primeiro turno nesta reta final e complicar muito a sua vida no segundo turno.

Bolsonaro errou muito na campanha até agora, mas passou a ouvir mais o seu marqueteiro, Duda Lima, responsável pelos programas de televisão, durante as gravações, segundo informa sua assessoria de imprensa, a propósito da coluna de ontem, quando afirmei o contrário. O caminho crítico para Bolsonaro chegar ao segundo turno é reduzir a vantagem de Lula entre os eleitores de mais baixa renda e entre as mulheres, o que ainda parece impossível. Para isso, ontem, o governo anunciou que vai comprar alimentos produzidos por pequenos agricultores e distribuí-los entre os mais pobres, uma tentativa de neutralizar o principal fator de desgaste de Bolsonaro junto aos eleitores que recebem até dois salários mínimos: o preço dos alimentos. Na reta final da campanha, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro serão decisivos para Bolsonaro garantir o segundo turno. No Rio de Janeiro, a reeleição do governador Cláudio Castro (PL) no primeiro turno ainda está no telhado, mas a distância de Marcelo Freixo (PSB) favorece Bolsonaro e complica para Lula. Em São Paulo, onde o petista Fernando Haddad é favorito, a estagnação da candidatura de Tarcísio Freitas (Republicanos) e o crescimento de Rodrigo Garcia (PSDB) preocupam Bolsonaro, que pretende intensificar sua campanha no estado. Em Minas, os ataques do governador Romeu Zema (Novo) ao ex-governador petista Fernando Pimentel acenderam um alerta vermelho na campanha de Lula, que apoia o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD). Zema deve vencer no primeiro turno, mas ninguém sabe o que fará depois de eleito, se houver segundo turno entre Lula e Bolsonaro.



Tribunal de Contas vai ampliar o número de urnas auditadas para comparar com contagem paralela de votos por militares em caso de distorção de resultado

TCU também prepara checagem da apuração

» RAPHAEL FELICE

O Tribunal de Contas da União (TCU) fará uma terceira fiscalização das urnas eletrônicas nas eleições deste ano. O objetivo é coletar dados para contrapor, caso haja necessidade, o levantamento paralelo que será feito pelas Forças Armadas. A informação foi dada, primeiramente, pela TV CNN.

Historicamente, a checagem dos votos é feita apenas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas, em meio aos ataques — sem provas — à segurança das urnas eletrônicas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), o Ministério da Defesa passou a fazer reiterados pedidos para promover, por conta própria, uma fiscalização paralela da apuração.

Nos bastidores do Judiciário, ministros do TCU e do TSE fizeram um acordo para que a Corte Orçamentária possa contrapor a fiscalização dos militares, caso haja necessidade. Por meio de um ofício enviado ao Ministério da Defesa, o TCU chegou a indagar a pasta sobre o que ela pretende fazer com os dados e quais os critérios técnicos que serão utilizados para fazer essa checagem. Nos bastidores, ministros dos dois tribunais entenderam que a participação de técnicos do TCU é a melhor alternativa para monitorar o trabalho paralelo dos militares, pois o tribunal não está envolvido na queda de braço que TSE e Defesa vem travando.

Gustavo Moreno/CB/DA Press



Fiscalização do TCU servirá de baliza à apuração paralela dos militares

A tendência é que os militares façam a apuração paralela em cerca de 300 equipamentos de votação, com base nos boletins de urna. Essa checagem será feita por meio de conferência das digitais dos eleitores, que serão convidados pelo presidente da mesa a emprestar suas digitais para mesários registrarem votos em urnas eletrônicas à parte das usadas no processo eleitoral. No final, ocorrerá a checagem dos votos, para saber se eles foram os mesmos registrados pelas urnas.

O TCU, por sua vez, vai auditar 4.161 urnas eletrônicas no primeiro turno, um número 14 vezes maior que o dos militares.

A quantidade de equipamentos monitorados na "fiscalização da fiscalização", como a ação do TCU está sendo chamada internamente, é proposital, para dar autoridade à Corte no caso de eventuais divergências com o trabalho paralelo dos militares.

Além da auditoria para checagem de votos, o TCU vai mandar dois técnicos para cada um dos 26 estados e o Distrito Federal. Os funcionários terão de recolher 40 boletins de urnas e comparar com os dados passados pelo TSE. Além disso, o tribunal enviará 30 auditores para auxiliar na fiscalização das urnas a partir de Brasília.

Medo de violência

Representantes da chapa de Lula à Presidência reuniram-se, ontem, com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, para pedir medidas de segurança durante o período eleitoral. Participaram do encontro, na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), coordenador da campanha, e o advogado Eugênio Aragão. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, também participou do encontro.

A corte eleitoral deve criar uma plataforma de denúncias para ameaças de atentado e casos de violência. Na véspera do pleito, Moraes fará um pronunciamento, como de praxe, incentivando os brasileiros a votar em clima de paz.

"O ministro nos antecipou que está tomando todas as medidas necessárias, com as forças policiais militares dos estados, com as polícias civis dos estados e com as Forças Armadas", disse Randolfe, ao sair do STF.

Uma das preocupações da equipe de campanha é com eleitores que podem se abster de votar por medo de violência. Casos recentes, como o prédio com bandeira do PT atingido por tiros, em Recife, e ameaças a militantes e candidatos acederam o sinal de alerta.



GUIA DA ELEIÇÃO 2022

O Correio Braziliense apresenta, no jornal impresso e no site, o Guia da Eleição 2022 com tudo o que você precisa saber antes, durante e depois das eleições.

O passo a passo da votação na urna; onde votar; o que levar no dia; como votar no exterior e o voto em trânsito; e sobre o e-título e os serviços digitais disponíveis.

Leia, guarde, use e compartilhe.

DOMINGO
25/09

no impresso e site
correio braziliense.com



Accesse e baixe gratuitamente



www.correio braziliense.com.br

